OS DESAFIOS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA PARA O ATENDIMENTO E INCLUSÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO, CAMPUS IV DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Albérico Luiz Oliveira Lima

Helga Porto Miranda

RESUMO

A educação inclusiva no ensino superior constitui um desafio para as instituições universitárias, especialmente no que se refere à garantia não apenas do acesso, mas também da permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento acadêmico dos estudantes com deficiência. Nesse contexto, os Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI) assumem papel relevante na identificação e enfrentamento das barreiras que podem dificultar a trajetória acadêmica desses estudantes. A presente pesquisa tem como objeto de estudo as contribuições do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão do Departamento de Ciências Humanas – Campus IV da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), localizado em Jacobina-BA, considerando as percepções e experiências dos estudantes com deficiência atendidos pelo Núcleo. A problemática da investigação está expressa na seguinte questão: quais os desafios para o atendimento e inclusão às pessoas com deficiência através do núcleo de acessibilidade e inclusão, campus IV da Universidade do Estado da Bahia? Possui como objetivos específicos, mapear os discentes ingressantes com deficiência atendidos pelo NAI; identificar suas percepções quanto às ações desenvolvidas pelo Núcleo para assegurar a inclusão; compreender os principais desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência no Campus IV; compreender as contribuições do NAI para a inclusão desses estudantes; e construir apontamentos, em diálogo com os discentes, que possam contribuir para o fortalecimento das ações inclusivas no Departamento. A fundamentação teórica está ancorada nos pressupostos da educação inclusiva, especialmente nas contribuições de Mantoan (2003) e Sassaki (2006), articuladas à legislação brasileira, com destaque para a Lei nº 13.146/2015, e às normativas institucionais da UNEB, particularmente a Resolução nº 1.499/2021, a Resolução 1521/2022, a Resolução nº 1.523/2022 e a Resolução nº 1.700/2025. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e adota o estudo de caso como estratégia metodológica, por possibilitar a compreensão aprofundada de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real. A produção das informações envolve levantamento documental, mapeamento dos estudantes com deficiência atendidos pelo NAI, observação do contexto pesquisado e realização de grupo focal. O grupo focal foi realizado em 07 de julho de 2026, por meio da plataforma Microsoft Teams, com a participação de nove estudantes com deficiência vinculados ao Campus IV. As informações produzidas estão sendo analisadas a partir da Análise de Prosa (André, 1983), considerando os significados, experiências e percepções expressas nas narrativas dos participantes. Os resultados parciais evidenciam que os desafios vivenciados pelos estudantes perpassam pelas barreiras arquitetônicas e envolvem dimensões pedagógicas, comunicacionais, atitudinais, metodológicas e sociais, indicando que o ingresso na universidade não representa, por si só, a efetivação da inclusão, entretanto, o NAI desempenha papel significativo na trajetória acadêmica dos estudantes com deficiência, mas também evidenciam alguns desafios a serem superados para o fortalecimento das ações de acessibilidade e inclusão no Departamento.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Acessibilidade. Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Gestão universitária. Pessoas com deficiência.

Sessão Temática: Educação, diversidade e inclusão.

1 INTRODUÇÃO

A democratização do acesso ao ensino superior tem ampliado a presença de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras, bem como o estabelecimento das políticas de cotas, tem trazido para as instituições o desafio de assegurar não apenas o ingresso, mas condições efetivas de permanência, participação, aprendizagem e conclusão dos cursos. A inclusão, nessa perspectiva, exige que a universidade reconheça e enfrente as diferentes barreiras que podem limitar a participação dos estudantes no cotidiano acadêmico.

No âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Política de Acessibilidade e Inclusão estabeleceu as diretrizes para a promoção da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência e de outros públicos com necessidades específicas. A Resolução nº 1.499/2021 instituiu a Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade que foi atualizada pela Resolução nº1521/2021, posteriormente, a Resolução nº 1.523/2022 aprovou a criação da Secretaria de Acessibilidade e Inclusão (SAIN) e dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI), enquanto a Resolução nº 1.700/2025 reformulou a política institucional.

No Campus IV, em Jacobina-BA, o Núcleo de Acessibilidade e inclusão (NAI) constitui uma importante estrutura institucional para o atendimento às demandas de acessibilidade e inclusão. A investigação parte da compreensão de que a existência de políticas e serviços especializados é fundamental, mas que sua efetividade precisa ser analisada também a partir da experiência dos próprios estudantes que deles fazem uso.

Dessa forma, a pesquisa tem como questão norteadora: Quais os desafios para o atendimento e inclusão às pessoas com deficiência através do núcleo de acessibilidade e inclusão, campus IV da Universidade do Estado da Bahia**?** O objetivo geral é identificar as contribuições do NAI do Campus IV da UNEB para os discentes com deficiência. A investigação busca, ainda, compreender os desafios vivenciados por esses estudantes e construir, em diálogo com eles, apontamentos que possam contribuir para o fortalecimento das práticas inclusivas no Departamento.

A relevância do estudo está relacionada à necessidade de compreender a inclusão a partir das experiências concretas dos estudantes, considerando que estar matriculado em uma instituição de ensino superior não significa necessariamente estar incluído. As informações produzidas no grupo focal evidenciam justamente que as barreiras podem estar presentes no deslocamento, na comunicação, nas práticas pedagógicas, na organização das atividades e nas relações estabelecidas no ambiente universitário.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, considerando que busca compreender percepções, experiências e significados atribuídos pelos estudantes com deficiência às ações de acessibilidade e inclusão desenvolvidas no contexto universitário. A escolha dessa abordagem

está relacionada à necessidade de interpretar o fenômeno considerando o contexto social e institucional em que ele ocorre.

Como estratégia metodológica, adotou-se o estudo de caso, tendo como caso investigado as ações de acessibilidade e inclusão desenvolvidas no âmbito do NAI do Departamento de Ciências Humanas – Campus IV da UNEB. Essa escolha possibilita analisar o fenômeno de forma contextualizada, preservando a complexidade das relações e circunstâncias que constituem a experiência dos estudantes com deficiência.

O campo da pesquisa é o DCH-IV da UNEB, localizado em Jacobina-BA, tendo como participantes estudantes com deficiência vinculados ao NAI. O projeto apresenta um levantamento dos estudantes atendidos pelo Núcleo, realizado como etapa de caracterização do campo e de definição dos participantes.

A produção das informações compreendeu levantamento documental, mapeamento dos estudantes com deficiência atendidos pelo NAI, observação do contexto pesquisado e realização de grupo focal. A técnica do grupo focal foi escolhida por possibilitar a interação entre os participantes e a emergência de diferentes pontos de vista, experiências e significados construídos coletivamente.

O grupo focal foi realizado em 07 de julho de 2026, às 19h30, por meio da plataforma Microsoft Teams, contando com a participação de nove estudantes com deficiência. As discussões foram organizadas a partir de eixos relacionados à caracterização dos participantes, às contribuições do NAI, aos desafios da inclusão no Campus IV e à construção de apontamentos para o fortalecimento das ações inclusivas.

Para preservar o sigilo e a confidencialidade, os participantes foram identificados por códigos alfanuméricos. As informações produzidas estão sendo analisadas por meio da Análise de Prosa, buscando identificar significados, recorrências, convergências e aspectos emergentes nas narrativas dos participantes, em articulação com os objetivos da investigação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa bibliográfica e documental realizada até o momento nos permite compreender que a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior constitui um processo que ultrapassa a garantia do acesso à universidade. A literatura analisada evidencia que a efetivação do direito à educação envolve a criação de condições para a permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento acadêmico dos estudantes, exigindo das instituições mudanças nas suas estruturas, práticas e formas de organização. Nessa perspectiva, a presença de estudantes com deficiência no ensino superior provoca a necessidade de repensar práticas institucionais que historicamente foram organizadas a partir de uma concepção de estudante considerado homogêneo.

A partir dos estudos de Mantoan (2003), compreende-se que a educação inclusiva pressupõe uma transformação da escola e de suas práticas, de modo que as diferenças sejam reconhecidas como parte da diversidade humana. No ensino superior, essa perspectiva implica compreender que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes com deficiência não podem ser atribuídas exclusivamente às suas características individuais. As instituições também possuem responsabilidade na identificação e eliminação das barreiras que dificultam o acesso aos espaços, às informações, às atividades acadêmicas e às relações sociais.

Sassaki (2006), ao discutir a inclusão social, contribui para a compreensão da necessidade de substituição de práticas excludentes por ações que possibilitem a participação das pessoas com deficiência em igualdade de condições. No contexto universitário, essa concepção amplia a discussão sobre acessibilidade, uma vez que não se limita às adaptações físicas. A acessibilidade envolve diferentes dimensões e requer mudanças arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas, metodológicas, tecnológicas e atitudinais.

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabeleceu a acessibilidade como direito e determina condições para que a pessoa com deficiência possa exercer seus direitos em igualdade de oportunidades. No campo educacional, a legislação estabelece a necessidade de adoção de medidas que favoreçam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, incluindo adaptações razoáveis, recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e profissionais de apoio. Desse modo, a inclusão no ensino superior passa a ser compreendida como uma responsabilidade institucional e não apenas como uma demanda individual do estudante.

Outro aspecto identificado na pesquisa bibliográfica refere-se à relação entre acesso e permanência, pois a ampliação das possibilidades de ingresso de pessoas com deficiência no ensino superior representa um avanço importante, mas não garante, isoladamente, a conclusão da trajetória acadêmica. Sendo assim, a permanência depende de um conjunto de condições institucionais que possibilitem ao estudante participar das atividades de ensino, pesquisa e extensão, utilizar os diferentes espaços da universidade e usufruir dos serviços oferecidos pela instituição.

A análise documental da UNEB evidencia uma trajetória de construção e ampliação de sua política institucional de acessibilidade e inclusão. A Resolução nº 1.339/2018 estabeleceu a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos de graduação, posteriormente, a Resolução nº 1.499/2021 instituiu a Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade, contemplando diferentes públicos e estabelecendo diretrizes relacionadas à acessibilidade pedagógica, arquitetônica, digital, comunicacional e informacional.

A política foi atualizada pela resolução 1521/2021 e reformulada pela resolução 1700/2025 que amplia e sistematiza essa perspectiva. O documento estabelece como objetivo promover uma cultura inclusiva na Universidade e contempla diferentes dimensões de acessibilidade, incluindo a atitudinal, arquitetônica, de transportes, metodológica, programática, pedagógica, digital, comunicacional e informacional. A política também estabelece que a acessibilidade e a inclusão devem atravessar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração da instituição.

A política institucional também passou a compreender a acessibilidade de forma transversal, envolvendo planejamento institucional, orçamento, infraestrutura, projetos pedagógicos, serviços de atendimento, sistemas acadêmicos e produção de materiais acessíveis. Essa perspectiva demonstra que a inclusão não deve estar restrita a um setor específico, mas precisa integrar as diferentes dimensões da gestão universitária.

A criação da Secretaria de Acessibilidade e Inclusão (SAIN) e dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI), por meio da Resolução nº 1.523/2022, representou outro importante movimento institucional. Com essa concepção, os NAI passam a integrar uma estrutura destinada a apoiar a implementação das ações de acessibilidade e inclusão nos departamentos, articulando serviços, recursos, profissionais e diferentes setores institucionais.

A análise da legislação institucional permite, portanto, compreender que o NAI ocupa uma posição estratégica e central na política de acessibilidade da UNEB. Entretanto, sua atuação não deve ser compreendida de maneira isolada, pois a própria concepção de política institucional apresentada pela UNEB pressupõe articulação entre departamentos, docentes, técnicos, gestores, colegiados e demais sujeitos que compõem a comunidade acadêmica.

A pesquisa bibliográfica realizada no próprio projeto também evidencia a permanência de desafios relacionados à inclusão no ensino superior, especialmente no tocante à formação dos profissionais, às condições de acessibilidade e às práticas pedagógicas. Pesquisas desenvolvidas no contexto da UNEB, apresentados no levantamento bibliográfico da pesquisa, apontam a necessidade de políticas mais efetivas, fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão, melhoria das condições estruturais e pedagógicas e formação continuada dos profissionais envolvidos com a inclusão.

Dessa forma, os resultados da etapa teórica e documental indicam que a construção de uma universidade inclusiva exige uma perspectiva institucional ampla. A existência de normas, políticas e estruturas especializadas representa um avanço importante, mas sua efetividade está relacionada à capacidade da instituição de transformar essas diretrizes em ações articuladas, permanentes e capazes de responder às diferentes necessidades dos estudantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão teórica e documental desenvolvida nesta etapa da pesquisa permite compreender que a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior constitui um desafio que envolve diferentes dimensões da gestão universitária. O acesso à universidade representa uma conquista fundamental, porém a efetivação do direito à educação exige também condições de permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento acadêmico.

A literatura analisada, especialmente a partir das contribuições de Mantoan (2003) e Sassaki (2006), possibilita compreender a inclusão como um processo de transformação institucional e nessa perspectiva, cabe à universidade reconhecer a diversidade presente em sua comunidade acadêmica e desenvolver condições para que as diferenças não se transformem em barreiras à participação.

A análise da legislação brasileira reforça essa compreensão ao estabelecer a acessibilidade como direito e ao atribuir às instituições educacionais responsabilidades relacionadas à eliminação de barreiras, à oferta de recursos e serviços de acessibilidade e à garantia de condições de participação e aprendizagem. Assim, a inclusão deixa de ser compreendida como uma ação pontual e passa a constituir uma dimensão permanente da organização institucional.

No caso da UNEB, a trajetória normativa analisada demonstra um processo de construção e aperfeiçoamento da política institucional de acessibilidade e inclusão. A criação dos NAI e a reformulação da política em 2025 evidenciam o reconhecimento institucional da necessidade de estruturas e ações específicas para garantir condições de acessibilidade aos sujeitos que integram a Universidade.

Nesse contexto, o NAI apresenta-se como uma estrutura estratégica para a efetivação da política de acessibilidade e inclusão, especialmente por sua possibilidade de articular recursos, serviços, profissionais e diferentes setores institucionais. Entretanto, a análise documental

também permite compreender que a responsabilidade pela inclusão não pode ser atribuída exclusivamente ao Núcleo. A construção de uma universidade inclusiva depende do envolvimento articulado da gestão, dos docentes, dos colegiados, dos técnicos e de toda a comunidade acadêmica.

Diante disso, consideramos a relevância dessa pesquisa quando busca compreender, no contexto específico do Campus IV da UNEB, como as políticas e ações de acessibilidade e inclusão se relacionam com a experiência acadêmica dos estudantes com deficiência atendidos pelo NAI. A etapa teórica e documental constitui, portanto, a base para a investigação empírica que será desenvolvida no decorrer da pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, as conclusões decorrentes da investigação empírica não são apresentadas neste momento e as considerações aqui formuladas correspondem aos resultados da etapa bibliográfica e documental e constituem o referencial para a continuidade do estudo, especialmente para a análise das percepções dos estudantes com deficiência atendidos pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão do Campus IV.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Liber Livro, 2005.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília, DF, 2015.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Deficiência na era da inclusão*. Porto Alegre: Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). Resolução nº 1.339/2018. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência no ingresso aos cursos de graduação. Salvador: UNEB, 2018.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). Resolução nº 1.499/2021. Institui a Política de Acessibilidade e Inclusão da UNEB. Salvador: UNEB, 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). Resolução nº 1.523/2022. Aprova a criação da Secretaria de Acessibilidade e Inclusão (SAIN) e dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI). Salvador: UNEB, 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). Resolução nº 1.700/2025. Reformula a Política de Acessibilidade e Inclusão da UNEB. Salvador: UNEB, 2025.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.